

Pesquisa feita pelo IBGE comprova estatisticamente aquilo que se poderia considerar uma obviedade ululante: quem tem maior grau de escolaridade encontra emprego com mais facilidade que o pretendente que passou menos tempo nos bancos escolares. A pesquisa, feita nas Regiões Nordeste e Sudeste, comprovou que a taxa de ocupação de quem estudou 12 anos ou mais é de 77%, enquanto a taxa de ocupação de quem estudou de 1 a 3 anos é de apenas 44,5%. São números que refletem a tendência do mercado de trabalho, cada vez mais exigente no recrutamento de trabalhadores que tenham condições intelectuais para operar máquinas e sistemas de complexidade crescente.

Essa tendência é universal e acompanha o processo de modernização da economia. Não se pode dizer, portanto, que seja um fato novo ou inesperado, para um país como o Brasil, cujo parque industrial foi substancialmente modernizado, principalmente na última década, em descompasso com o sistema educacional, que não foi e não está sendo capaz de acompanhar o ritmo da demanda por trabalhadores com adequado nível de escolaridade. E isso é

grave. Do total da mão-de-obra das regiões pesquisadas, 64% não têm o primeiro grau completo.

Em outras palavras, pouco menos de dois terços das pessoas que trabalham no Nordeste e no Sudeste não ficaram na escola o período de escolaridade que a Constituição tornou obrigatório para cada brasileiro.

O nível de escolaridade da mão-de-obra é uma variável importante do crescimento econômico. Os países asiáticos deram-se conta disso, muito cedo, e investiram maciçamente em programas educacionais que tornaram obrigatória, em etapas sucessivas, a permanência do jovem nos bancos escolares até a conclusão do segundo grau. Na Coréia do Sul, por exemplo, a escolaridade mínima é de 11 anos, e quem não tenha permanecido esse tempo na escola simplesmente não tem lugar no sistema produtivo.

Ao fazer suas opções de investimento, as empresas preferem se instalar onde a mão-de-obra tenha recebido uma boa educação formal, pois isso determinará tanto a qualidade do produto quanto a composição de custos. Em resumo, para os investidores, o nível educacional da mão-de-obra tornou-se fator competitivo de influência tão

grande, ou mesmo maior, que o nível dos salários. E o Brasil perde na comparação com outros países: a escolaridade média de nosso trabalhador é de apenas 3,9 anos, o que encarece brutalmente os custos de treinamento nas empresas que desejem se instalar com equipamentos modernos, ou queiram renovar seu parque produtivo.

Isso ajuda a explicar o que vem ocorrendo na indústria em termos de turn-over. Numa primeira

etapa, as empresas reestruturam seus quadros para adaptar os salários às condições do mercado. Pesquisa feita pelo BNDES, cujo resumo foi publicado pelo **Estado**, na quarta-feira, mostra uma tendência de corte de postos de trabalho com remuneração acima de 3,1 salários mínimos e de criação de empregos com salários até 3 salários mínimos. Mas o fenômeno não se limita à recomposição das folhas de pagamento.

No momento de contratar, as empresas dão preferência a quem tenha da oitava série até o segundo grau completo. A boa notícia é que as empresas estão contratando pessoas nes-

sa faixa de escolaridade em número maior do que demitiram, até o ano passado. A má notícia é que, como dissemos acima, 64% da mão-de-obra das regiões Nordeste e Sudeste não tem o primeiro grau completo e é nessa faixa que se dá o maior número de demissões líquidas.

As pessoas que passaram mais tempo na escola encontram emprego com mais facilidade

para encontrar nova ocupação, na Grande São Paulo, que era de 15 semanas há dez anos e já está nas 36 semanas.

Um bom nível de escolaridade não é antídoto para o desemprego, que resulta de causas mais complexas. Mas cria condições para o aumento da atividade econômica, de uma maneira geral, e abre ao eventual desempregado oportunidades para superar mais depressa a adversidade. Bons programas educacionais, típica função de governo, fazem mais para a criação e conservação de empregos que os programas de retreinamento e recolocação para desempregados.